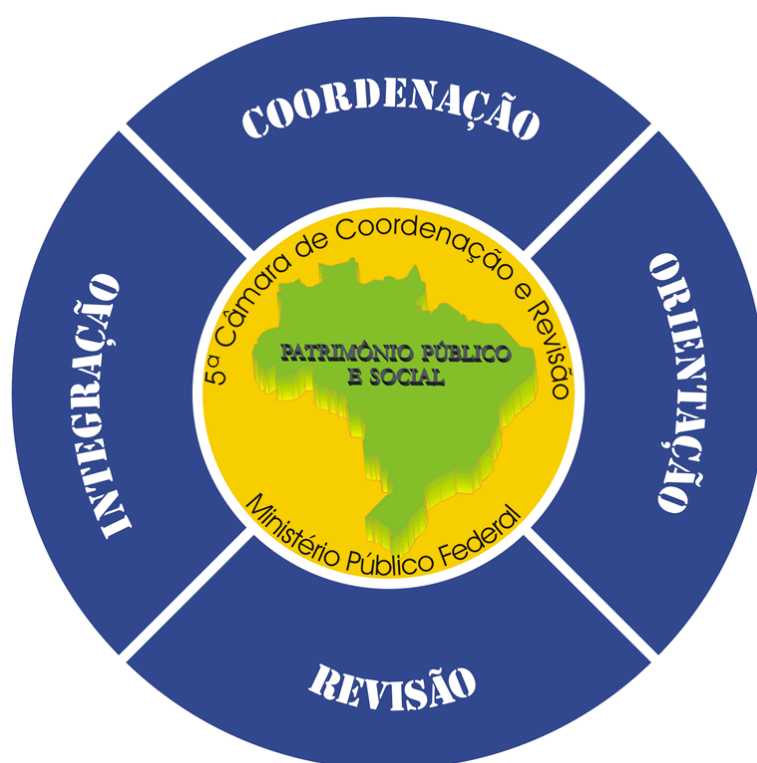




**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2008**



SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	01
2.ATUAÇÃO DO COLEGIADO.....	02
2.1.Relação dos temas apreciados pela Câmara.....	02
2.2.Órgãos demandantes.....	04
2.3.Reuniões.....	05
2.4.Tipos de Homologação de Arquivamento	05
2.5.Procedimentos distribuídos e relatados pelos membros.....	05
2.6.Fluxo de Procedimentos.....	06
2.7.Informativos.....	06
2.7.1.Temas constantes nos ofícios recebidos na 5ª CCR e publicados nos Informativos de 2008	08
2.7.2.Expedientes da Secretaria	08
3.ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA.....	10
3.1.Atuação extrajudicial.....	10
3.1.1.Procedimento administrativo e inquérito civil público.....	10
3.1.2.Recomendação e Termo de Ajustamento de Conduta.....	11
3.2.Atuação judicial.....	12
3.2.1Atuação das procuradorias regionais.....	13
4.EVENTO	14
4.1.X Encontro Nacional.....	14
5. PROJETOS DA 5ª CÂMARA.....	16
5.1.Projetos da 5ªCCR em convênio com a ESMPU	19
6.GRUPOS DE TRABALHO	17
6.1.Grupos de Trabalho – GT	17
7.BASE DE DADOS.....	18
7.1.Base de dados de manifestação de inteiro teor da 5ª CCR	18
8.DOS TRABALHOS DA ASSESSORIA TÉCNICA.....	19
9.EQUIPE DE SERVIDORES.....	20
9.1.Dos servidores da 5ª CCR	20
9.1.1. Assessoria Técnica	20
9.1.2 Assessoria Jurídica	20
9.1.3. Assessoria Administrativa	21
10.COMPOSIÇÃO DA CÂMARA	22
10.1.Membros do Colegiado.....	22
10.2.Representação indicada pelas unidades de procuradorias	22



1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2008 foi, para a 5.^a Câmara, um ano muito produtivo. Uma boa parte desse mérito se deve a sua excelente estrutura administrativa, legado da gestão da Doutora Gilda Carvalho, quando Coordenadora da Câmara. Outra parte se deve à qualidade dos servidores, responsáveis, motivados e com iniciativa própria para apontar os gargalos funcionais e sugerir mudanças e adaptações, que sempre foram acolhidas pela coordenação. Enfim, mérito também assiste aos membros da Câmara, que compareceram, titulares e suplentes, às reuniões semanais para relatar significativo número de feitos, como se verá.

Com efeito, a Câmara ampliou, por adesão dos membros suplentes, a frequência e o volume de julgamentos, o que possibilitou fossem apreciados 7.990 procedimentos administrativos, com fluxo de entrada de 7.354 e expedição de 8.222, no decorrer do ano de 2008. Com adoção do formulário-modelo de voto, iniciativa do Doutor Antônio Fonseca, instituiu-se, também, método voltado para simplificar a formulação dos julgados, tornando mais célere as manifestações dos membros.

Do lado operativo e integrativo, deu-se continuidade aos trabalhos dos Grupos temáticos nas áreas consideradas prioritárias pelas plenárias dos encontros anuais da 5.^a Câmara, e aos novos temas considerados relevantes fixou-se diretrizes diferenciadas para os novos grupos, agora com prazos delimitados pelo alcance dos objetivos, denominados grupos *ad doc*.

A par dos aperfeiçoamentos introduzidos pela administração anterior na estrutura da Câmara, continuamos com linhas de ação em busca da eficiência tais como a implementação dos processos de descentralização no atendimento aos pedidos de realização de perícias, agora apreciados e atendidos diretamente pela Assessoria Pericial, excetuando-se aqueles considerados excepcionais pela complexidade técnica e/ou magnitude dos valores.

Nascido das consultas aos membros e servidores que atuam na área do patrimônio público, sob a condução do Grupo de Trabalho Projetos e Metas, partiu-se para a elaboração participativa do planejamento estratégico da 5.^a Câmara com vistas à obtenção dos inegáveis benefícios que esse instrumento gerencial proporciona às organizações públicas.

Mas, os desafios são constantes e continuam a requerer soluções criativas, razão pela qual todos os que operam na área do patrimônio são convidados à colaboração. Nesse momento, cumpre agradecer ao corpo de funcionários da Câmara, aos colegas que a integram, titulares e suplentes, bem como a todos os demais membros do MPF que, em todo o Brasil, atuam na área de defesa do Patrimônio Público. Sem o concurso de todos, estes resultados não teriam sido possíveis e sem eles, também, não seria factível assumir as múltiplas e desafiadoras tarefas que ainda nos aguardam na coordenação. Muito obrigado a todas e a todos!

Brasília, 30 de novembro de 2009

Eugênio José Guilherme de Aragão
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO

2.1. Relação dos temas apreciados pela Câmara¹

Os temas apreciados pela Câmara na sua competência revisional sugerem eventuais atuações uniformes ou priorização de procedimentos.

Temas apreciados pelo Colegiado	
Assunto	Votos
Tramitação de processo: abrange morosidade na apreciação de processos administrativos e judiciais, demora na devolução dos autos de processo judicial, procrastinação de andamento processual, demora do julgamento de ação ordinária, etc.	3
Privatização: abrange denúncia de ilegalidades nas privatizações da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, Companhia Vale do Rio Doce, Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ, das empresas integrantes do sistema Telebrás, entre outras.	4
Parcelamento ou Refis	5
Repasse de verbas: ausências e atrasos no repasse de verbas, cortes indevidos.	11
Terceirização: abrange irregularidades na terceirização de mão-de-obra e serviços.	19
Precatório: Abrange irregularidades ou atraso no seu pagamento.	19
Lei nº 9.452/97: notificação pelas Prefeituras municipais aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais a respeito da liberação de verbas federais	28
FGTS: abrange levantamento indevido, índices expurgatórios de planos econômicos, ausência de recolhimento.	31
Contas CC5: transferência internacional de dinheiro por meio de conta de não residente, comumente denominada como CC5, por servidores públicos. Análise da ocorrência de eventual proveito indevido em razão de cargo público que caracterize prática de ato de improbidade administrativa.	62
Desapropriações, assentamentos rurais, reforma agrária, ocupações irregulares de terras públicas.	138
Saúde: SUS. Abrange cobrança indevida de honorários com Autorização de Internação Hospitalar – AIH, cobrança em duplicidade de procedimento médico, cobrança indevida aos usuários do SUS, relatórios de auditoria do DENASUS.	166
Recursos para a Educação	166
Servidor público: abrange acumulação ilegal de cargos públicos, provimento derivado de cargo público, acumulação indevida de proventos de aposentadoria e vencimentos.	201
Obra pública: execução de obras. Abrange obras inacabadas ou não realizadas, obras	245

¹A Assessoria Jurídica realizou pesquisa na base de dados de manifestação inteiro teor utilizando a seguinte metodologia:

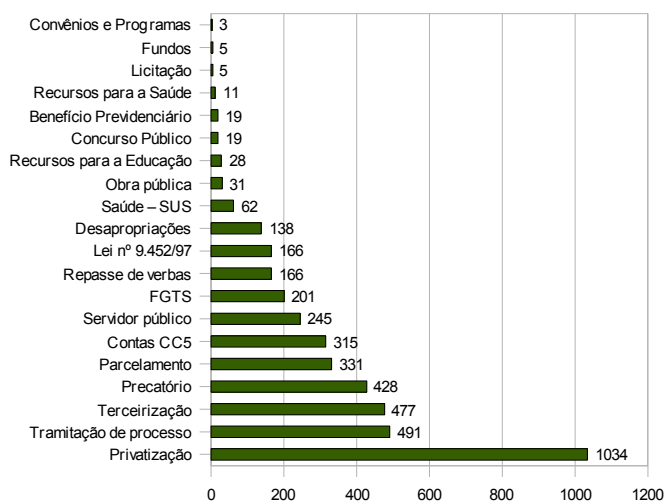
- selecionou a 5ª Câmara;
- selecionou o período de 01/01/2008 a 31/12/2008;
- tipo de documento “voto”;
- utilização de palavras-chaves.

O resultado da pesquisa foi o mapeamento dos assuntos tratados pelo colegiado da Câmara.

Assunto	Votos
construídas em desacordo com o projeto técnico, irregularidades em obras de duplicação, manutenção e construção de rodovias.	
Concurso público: abrange: contratações sem concurso público, inclusive as realizadas por conselhos profissionais; contratação de advogado por órgão público; nomeação de candidatos excedentes ao número de vagas; preterição de candidatos; irregularidades em editais, na realização das provas, no critério de correção de prova, na atuação da banca examinadora e da comissão organizadora e outros.	315
Recursos para a Saúde	331
Fundos: abrange irregularidades na aplicação de verbas e prestação de contas de fundos, tais como: FUNDEF, FNDE, FNS, FAT, FITP, FUNDESCOLA, FUNDEB.	428
Licitação: Procedimentos licitatórios. Abrange dispensa indevida de procedimento licitatório; irregularidades praticadas por comissão de licitação; exigência de caução e de apresentação de documentos comprobatórios da capacidade técnico-financeira do participante; superfaturamento do objeto licitado; impedimento e habilitação de licitante; inobservâncias à Lei nº 8.666/93, dentre outros.	477
Benefício previdenciário: abrange fraude na concessão de benefício previdenciário; ausência de repasse de contribuição previdenciária ao INSS; atendimento irregular a segurado; não realização de perícias médicas; desídia de procurador na defesa dos interesses da autarquia federal; falha na fiscalização; irregularidades em parcelamentos de débitos; descumprimento de decisões judiciais; descontos não autorizados nos benefícios dos segurados; sonegações, inadimplências e fraudes no pagamento de tributos destinados à Seguridade Social praticadas por clubes de futebol profissional; falha na comunicação de óbito de beneficiário, dentre outros.	491
Convênios e Programas: Abrange os relatórios de fiscalização da CGU e acórdãos do TCU e irregularidades na aplicação das verbas, na celebração e na execução de convênios de temas variados.	1034

Fonte: Base de dados – votos

Temas apreciados pela 5ª CCR

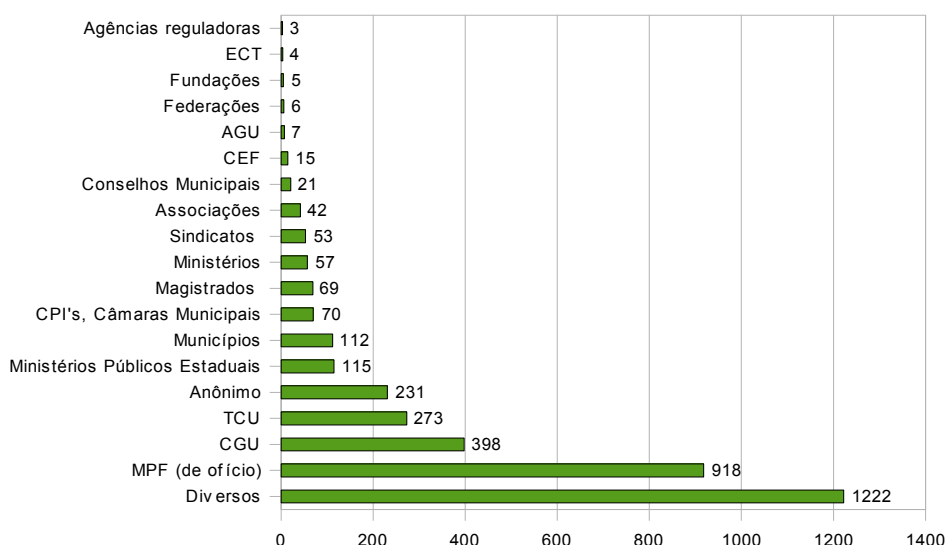


2.2. Órgãos demandantes²

É de ofício a maioria da atuação do MPF, consignando-se as denúncias anônimas. Seguem-se as representações de pessoas físicas e jurídicas; a remessa dos acórdãos, decisões e relatórios do Tribunal de Contas da União-TCU e a remessa dos relatórios de fiscalização decorrentes dos sorteios públicos das Prefeituras enviados pela Controladoria-Geral da União - CGU. Espera-se em outra oportunidade, com a criação de aplicativo próprio, seja possível extrair com precisão os nomes dos demandantes.

Principais Demandantes	Votos
Agências reguladoras	3
ECT	4
Fundações	5
Federações	6
AGU	7
CEF	15
Conselhos de Classe, Conselhos Municipais	21
Associações, entidades civis	42
Sindicatos de diversas categorias	53
Ministérios, Secretarias de Governo	57
Magistrados, Tribunais	69
Parlamentares, CPI's, Câmaras Municipais, Assembléias Estaduais	70
Municípios	112
Ministérios Públicos Estaduais	115
Anônimo	231
TCU: abrange acórdãos, decisões, relatórios de fiscalização enviados pelo TCU ao MPF.	273
CGU	398
MPF: procedimentos cuja instauração deu-se de ofício	918
Pessoas físicas e jurídicas, órgãos, autoridades federais, agentes públicos (diversos)	1222
Total	3.564

Fonte: Base de dados - votos



²A Assessoria Jurídica realizou pesquisa na base de dados de manifestação inteiro teor utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou a 5ª Câmara;
- selecionou o período de 01/01/2008 a 31/12/2008;
- tipo de documento "voto";
- utilização de palavras-chaves.

O resultado da pesquisa foi o mapeamento dos demandantes.

2.3. Reuniões

No ano de 2008 a 5ª Câmara realizou 44 reuniões com os seguintes resultados nos julgamentos dos procedimentos:

	01/01/08 a 05/05/08 Término do 8º Período	06/05/08 a 31/12/08 9º Período
Decisão	Procedimentos	
Homologação de arquivamento	3994	3192
Homologação de arquivamento com remessa a Órgãos Internos (PFDC e Câmaras)	56	57
Homologação de TAC	1	0
Conflito de Atribuição	16	11
Baixa para diligências	89	97
Encaminhamento a Órgãos Internos (PFDC, Câmara)	25	19
Adiado o julgamento por Pedido de Vista	106	4
Extinção por prescrição	489	0
Encaminhamento aos Ministérios Públicos Estaduais com homologação de arquivamento	7	8
Encaminhamento aos Ministérios Públicos Estaduais	13	3
Outras decisões	36	7

Fonte: Atas de Reuniões

2.4. Tipos de homologação de arquivamento

Os principais tipos de homologação de arquivamento foram: não comprovação de irregularidades, adoção de medidas pelo MPF, prescrição das medidas a serem adotadas, irregularidades sanadas e direito individual disponível.

2.5. Procedimentos distribuídos e relatados pelos membros

No ano de 2008 foram distribuídos 9.030 procedimentos, destes foram 7.992 relatados.

Houve um saldo remanescente de 1980 procedimentos do 8º período que foi redistribuído aos membros integrantes do 9º período.

ANO DE 2008 – 8º Período 01/01/08 a 05/05/08

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	Distribuídos	Relatados	Vista	Julgados
Gilda Pereira de Carvalho	394	875		1345
Moacir Guimarães	392	1996	104	2015
Eduardo Dantas Nobre	324	410	1	420
Antonio Carlos Fonseca	393	388	1	486
Paulo da Rocha Campos	393	490		397
Total	1896	4159	106	4663

Fonte: Sistema ARP, Ata da Reunião e Distribuição

ANO DE 2008 – 9º Período 06/05/08 a 31/12/08

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	Distribuídos	Relatados	Vista	Julgados
Eugênio José Guilherme Aragão	1448	637	0	637
Haroldo Ferraz da Nóbrega	1460	549	3	548
Antonio Carlos Fonseca	1217	664	0	664
Antônio Carneiro Sobrinho	1049	583	1	582
Oswaldo José Barbosa Silva	1004	564	0	561
Denise Vinci Tulio	956	334	0	335
Total	7134	3331	4	3327

Abaixo o fluxo de procedimentos distribuídos e relatados no período de janeiro a dezembro de 2008:

2 0 0 8	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL*	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	868	406	620	790	632	2754	578	741	587	616	436	9030
	Relatados	0	626	1384	1776	479	319	47	716	543	357	661	582	7490
	Julgados	0	953	515	2796	505	319	47	716	541	358	660	582	7992

Fonte: Atas de Reuniões e Distribuição

* Em julho foram redistribuídos os procedimentos remanescentes da gestão anterior.

2.6. Fluxo de Procedimentos

Em 2008, período de janeiro a dezembro, ingressaram na 5ª Câmara 7.354 procedimentos. No mesmo período, foram expedidos 8.222. Apresenta-se a evolução do fluxo no seguinte quadro:

2 0 0 8	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	340	460	577	625	592	741	782	630	799	661	579	568	7.354
	Expedidos	48	62	262	923	1643	1509	770	408	638	590	603	766	8.222

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

2.7. Informativos

Os informativos da 5ª CCR são publicados quinzenalmente na página da intranet e oferecem visibilidade às comunicações recebidas dos membros quanto às: instaurações de procedimentos administrativos e inquéritos civis públicos e respectivas prorrogações; celebração de termos de ajustamento de conduta; encaminhamento de recomendações; de ajuizamento de ações civis públicas e ações civis por atos de improbidade administrativa; declinações de atribuição; estatística de produtividade do colegiado, dentre outros assuntos. No ano de 2008 foram publicados 24 informativos, contendo, além das informações acima citadas, notícias de repercussão na área do Patrimônio Público e Social e da Probidade Administrativa, eventos da Câmara, quadro estatístico da base de dados, e-mails recebidos, movimentação de procedimentos e produtividade da Câmara.

Informativos da 5ª CCR – Ano 2008 ⁶	
Comunicações recebidas	Quantidade
Procedimentos Administrativos	928
Inquérito Civil Público	1120
Declínio de Atribuição	415
Ação Civil Pública	143
Recomendação	99
Termo de Ajustamento de Conduta	9
Desarquivamento de P.A. (art. 19º da Resol 87/CSMPF)	2
Prorrogação de Prazo de P.A.	1126
Prorrogação de Prazo de I.C.P.	369

Fonte: Intranet 5ª CCR

2.7.1. Temas constantes nos Ofícios e e-mails recebidos na 5ª CCR e publicados nos Informativos de 2008⁷

	P.A	ICP	ACP	Recomendação	TAC	Declínio
Improbidade Administrativa	247	582	93	76	8	213
Licitação	153	98	1	4	0	32
Recursos para a Educação	144	115	0	1	0	45
Convênios	172	172	41	9	0	54
Recursos para a Saúde	137	89	0	1	0	31
Programas de Governo	72	46	8	5	0	6
Concurso Público	3	18	0	3	1	34

Fonte: Ofícios e e-mails recebidos na 5ª CCR e publicados nos Informativos do ano de 2008.

2.7.2. Expedientes da Secretaria

Correspondências Recebidas	
Total	3.551

Fonte: Secretaria da 5ª CCR. Sistema Fênix

⁶A Secretaria de Informação e Documentação da 5ª CCR realizou pesquisa utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou todos os ofícios e e-mails recebidos na 5ª CCR no período compreendido entre 01/01/2008 a 31/12/2008 e publicados nos informativos referente ao ano de 2008;
- selecionou a página da intranet da 5ª CCR no link “Informativos”;
- utilização de palavras-chaves;
- soma do resultado obtido;
- confecção de tabela com demonstrativo dos números encontrados.

⁷A Secretaria de Informação e Documentação da 5ª CCR realizou pesquisa utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou todos os ofícios e e-mails recebidos na 5ª CCR no período compreendido entre 01/01/2007 a 31/12/2007 e publicados nos informativos referente ao ano de 2008;
- selecionou a página da intranet da 5ª CCR no link “Informativos”;
- utilização de palavras-chaves (temas);
- soma do resultado obtido;
- confecção de tabela com demonstrativo dos números encontrados.

Correspondências Expedidas	
Ofícios	1.190
Ofícios–Circulares	41
Memorandos	145
Total	1.376

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

E-mails Recebidos em 2008	
5camara@pgr.mpf.gov.br	4.992

Fonte: Setor de Informação e Documentação da 5ª CCR – Caixa postal institucional da 5ª CCR

Denúncias recebidas pelo e-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br – Ano 2008	
Assunto	Quantidade
Bens públicos	79
Concurso público e servidores	90
Improbidade Administrativa	279
Licitação	38
Nepotismo	15
Uso indevido de verbas públicas por ONG's e OSCIP's	21
Programa de Governo	18
Eleições	18
Convênios	15
Total	573

Fonte: caixa postal 5camara@pgr.mpf.gov.br - Ano de 2008

Outras comunicações recebidas pelo e-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br – Ano 2008	
Base de dados da 5ª CCR (pedidos de cadastro de usuário)	149
Grupos de Trabalho da 5ª CCR	102
X Encontro Nacional da 5ª CCR	177
Promoção de Arquivamento de P.A.	41
Comunicação de Instauração de P.A.	184
Comunicação de Instauração de I.C.P. (inclusive portarias)	984
Recomendações	49
Termo de Ajustamento de Conduta	7
Declínio de Atribuição	64
Prorrogação de Prazo de P.A.	970
Prorrogação de Prazo de I.C.P.	144
Total	2.871

Fonte: caixa postal 5camara@pgr.mpf.gov.br - Ano de 2008



3. ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA

3.1. Atuação extrajudicial

Os procedimentos administrativos e os inquéritos civis dão origem à atuação extrajudicial representada por Recomendação ou Termo de Ajustamento de Conduta, e judicial concernente ao ajuizamento de Ação Civil Pública ou Ação Civil Pública por ato de improbidade, dentre outras. Abaixo as tabelas originadas do Ofício-Circular nº 002/2009 e nº 003/2009 dirigido às Procuradorias da República e Procuradorias Regionais da República.

3.1.1. Procedimento administrativo e inquérito civil público

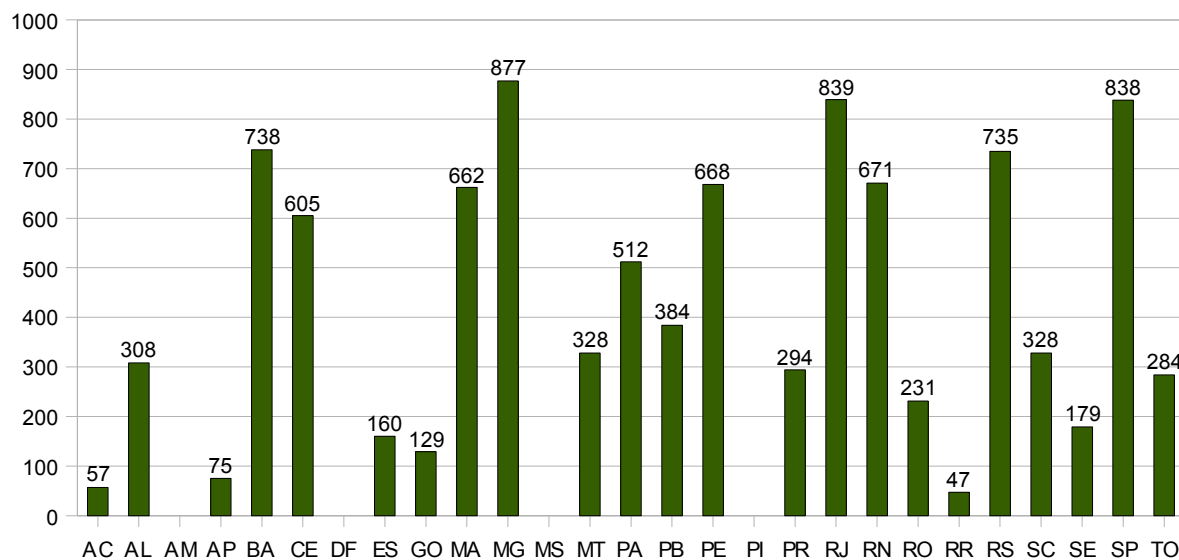
Os procedimentos investigatórios do MPF foram divididos em procedimentos administrativos (PA) e inquéritos civis (ICP).

		Procedimentos Administrativos			Inquéritos Civis Públicos			Total Parcial
		Patrimônio Público	Improbidade	Total	Patrimônio Público	Improbidade	Total	
1	AC	24	8	32	2	23	25	57
2	AL	263	42	305	2	1	3	308
3	AM							
4	AP	37	35	72	1	2	3	75
5	BA	416	0	416	322	0	322	738
6	CE	435	165	600	2	3	5	605
7	DF							
8	ES	153	0	153	7	0	7	160
9	GO	70	57	127	0	2	2	129
10	MA	618	25	643	19	0	19	662
11	MG	484	288	772	11	94	105	877
12	MS							
13	MT	290	38	328	0	0	0	328
14	PA	117	394	511	0	1	1	512
15	PB	181	104	285	53	46	99	384
16	PE	514	152	666	1	1	2	668
17	PI							
18	PR	193	101	294	0	0	0	294
19	RJ	561	105	666	128	45	173	839
20	RN	0	671	671	0	0	0	671
21	RO	0	28	28	19	184	203	231
22	RR	35	12	47	0	0	0	47
23	RS	242	326	568	72	95	167	735
24	SC	207	52	259	33	36	69	328
25	SE	154	25	179	0	0	0	179
26	SP	459	249	708	76	54	130	838
27	TO	148	132	280	4	0	4	284
Total Geral		5601	3009	8610	752	587	1339	9949

Fonte: Respostas ao ofício-circular 003/2009

As Unidades em AM, DF, MS e PI não encaminharam respostas.

Procedimento Administrativo e Inquérito Civil Público – Patrimônio Público e Improbidade



3.1.2. Recomendação e Termo de Ajustamento de Conduta

		TAC	Recomendação
1	AC	0	0
2	AL	3	0
3	AM		
4	AP	2	8
5	BA	0	14
6	CE	2	35
7	DF		
8	ES	0	21
9	GO	1	5
10	MA	4	3
11	MG	11	22
12	MS		
13	MT	0	5
14	PA	0	7
15	PB	0	7
16	PE	0	18
17	PI		
18	PR	0	6
19	RJ	38	118
20	RN	0	64
21	RO	2	9
22	RR	0	3
23	RS	5	69
24	SC	1	6
25	SE	1	11
26	SP	9	53
27	TO	0	3
Total Geral		79	487

Fonte: Respostas ao ofício-circular 003/2009

3.2. Atuação judicial

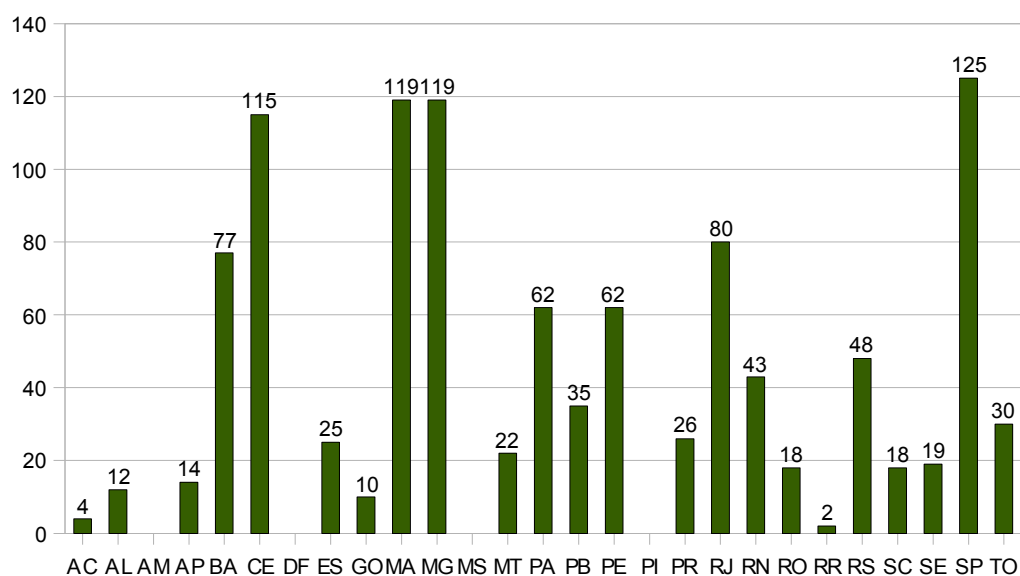
Cumpra registrar que não consta nesse levantamento os Pareceres e demais manifestações elaboradas pelos Procuradores da República na defesa da área temática da 5ªCCR, pois foi dada preferência a contabilização dos ajuizamentos de Ação civil pública (ACP) ou a Ação Civil Pública por ato de Improbidade (AIA).

	Patrimônio Público	Improbidade	Total Parcial
AC	0	4	4
AL	0	12	12
AM			
AP	7	7	14
BA	77	0	77
CE	50	65	115
DF			
ES	25	0	25
GO			10
MA	24	95	119
MG	101	18	119
MS			
MT	17	5	22
PA	7	55	62
PB	5	30	35
PE	33	29	62
PI			
PR	5	21	26
RJ	47	33	80
RN	1	42	43
RO	9	9	18
RR	0	2	2
RS	15	33	48
SC	3	15	18
SE	4	15	19
SP	13	112	125
TO	0	30	30
Geral	443	632	1085

Fonte: Respostas ao Ofício-circular 003/2009

As Unidades em AM, DF, MS e PI não encaminharam respostas.

Ação Civil Pública
Patrimônio Público e Improbidade Administrativa



3.2.1 Atuação das Procuradorias Regionais

	Recurso	Parecer	TOTAL
PRR1	-	-	3275
PRR2	241	3789	4030
PRR3	-	-	279
PRR4	130	62	192
PRR5	25	109	135
TOTAL	396	3960	7911

Fonte: Respostas ao ofício-circular 002/2009



4. EVENTO

4.1. X Encontro Nacional – 22, 23 e 24 de outubro

Tema: Combate à Corrupção

A 5ª CCR reuniu 55 membros com atuação na área temática tendo as discussões culminado com as seguintes propostas:

1. Integração de trabalhos do MPF na tutela coletiva – fomentando-se o trabalho entre Grupos de Trabalho (GTs) de CCRs distintas, quando necessário, sobretudo no que toca ao combate à corrupção, bem como a atuação de Grupos Executivos intercamerais em grandes casos, quando deve haver também atuação conjunta do corpo técnico das respectivas CCRs envolvidas;
2. Desenvolvimento de trabalho articulado com a área criminal nos casos de improbidade administrativa; promoção de encontros intercamerais entre Grupos de Trabalho afins, vinculados a CCRs distintas, bem como a criação de Gts intercamerais;
3. Fortalecimento e reestruturação do Conselho Institucional do MPF na coordenação intercameral; promoção de encontro sobre o tema “Terras na Amazônia”;
4. Criação de um fórum permanente interinstitucional (MPF, TCU, CGU, DPF, SRF/MINFAZ etc), com objetivo de integrar ações no combate à corrupção, o qual deve ser replicado nos Estados e contar com a participação do corpo técnico do MPF e dos demais órgãos;
5. Elaboração de manual prático sobre a ação de improbidade e de roteiro de parcerias e de bancos de dados existentes, para disponibilização virtual na página da Câmara;
6. Criação de banco de dados sobre procedimentos administrativos para facilitar a pesquisa sobre casos análogos ou idênticos (prevenção);
7. Articulação com o Ministério do Planejamento sobre o portal dos convênios, a fim de aprimorar rotinas e obter treinamento para a operacionalização desta ferramenta no âmbito do MPF;
8. Estipulação de critérios objetivos sobre níveis de relevância dos diversos temas tratados nos procedimentos administrativos em matéria de improbidade, com vistas à adoção da “discrecionalidade regrada” na atuação ministerial neste campo;
9. Adoção de enunciados sobre temas repetitivos, para a simplificação do trâmite de procedimentos administrativos respectivos e de seu arquivamento;
10. Continuidade dos trabalhos do GT Saúde, dada a relevância da matéria para a atuação do MPF;
11. Criação de um grupo executivo para desenvolver trabalho articulado com o MEC sobre as Fundações de Apoio às universidades, voltado ao levantamento de dados no país todo, a fim de embasar orientação nacional sobre a matéria;
12. Busca de parcerias com os Ministérios Públicos dos Estados, Tribunais de Contas, MEC e FNDE nas investigações sobre malversação de verbas destinadas à educação básica, inclusive, se e quando o caso, através da celebração de convênios com tais entes;
13. Celebração de termo de ajuste de conduta com o MEC e FNDE, para que seja destacada estrutura de fiscalização para o FUNDEB, bem como visando à superação das divergências entre FNDE e CGU sobre a atribuição federal para fiscalizar a aplicação de recursos do FUNDEB, quando há complementação com verbas da União;
14. Sugestão, aos órgãos competentes, de que o SISCONV seja também aplicado para o controle dos recursos transferidos pelo FNDE aos Municípios;
15. Apoio ao anteprojeto de criação de “Núcleos de Apoio Operacional” (NAOPs) - apresentado pelo GT “Projetos e Metas” da 5ª CCR -, os quais serão inicialmente vinculados à 5ª CCR no âmbito das Procuradorias Regionais da República, a fim de

desenvolverem a melhor integração possível entre todas as instâncias do MPF (1ª, 2ª, 3ª e CCRs), tendo, no entanto, sua atuação revisional limitada aos casos em que houver enunciados publicados pela Câmara e apoio ao fortalecimento, no âmbito interno da Instituição, do setor pericial que presta inestimável auxílio ao trabalho extrajudicial e judicial dos Membros.

As conclusões do X Encontro Nacional foram organizadas em um relatório final, estando o inteiro teor disponível na página da Câmara no link:

http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/encontros/docs-x_encontro/x-encontro-nacional



5. PROJETO DA 5ª CÂMARA

5.1. Projeto da 5ªCCR em convênio com a ESMPU

A 5ªCCR tem parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU no **Curso de aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa**³, ministrado sob a forma de ensino à distância, com a realização de alguns Seminários presenciais.

O material do curso está disponibilizado na página da 5ªCCR no link:
<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-cursos/cursos>

³Coordenado pela Procuradora Regional da República Samantha Chantal Dobrowolski. Os Professores são membros do MPF e convidados.



6. GRUPOS DE TRABALHO

6.1. Grupos de Trabalho – GT

Os Grupos de Trabalho, formados por 3 integrantes, foram criados com a finalidade de auxiliar a Câmara no planejamento de estratégias e metas relacionadas à temática de cada um deles: recursos para a educação, recursos para a saúde, bens públicos e desapropriação, licitações e obras públicas, ONG's e OSCIP's e projetos e metas.

Para a consecução de seus objetivos, no decorrer do ano, reuniram-se em Brasília e em outros Estados e produziram atas, tabelas, gráficos, notas técnicas, e encaminhamentos, como pode ser visto no seguinte *link* disponível na intranet: <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/grupo-de-trabalho/grupos-de-trabalho>

Os Grupos de Trabalho foram assim compostos:

1. Recursos para a educação: Fábio George Cruz da Nóbrega – PRR5 – Coordenador, sucedido por Sergei Medeiros de Araújo – PR/MA, e Fernanda Alves de Oliveira – PRM/Ilhéus.
2. Recursos para a Saúde: Oswaldo José Barbosa da Silva – Coordenador - PRR1 – Coordenador, Peterson de Paula Pereira – PR/DF, Marcus Vincius Aguiar Macedo – PR/AC e Larissa Maria Sacco – PRM/Dourados – MS.
3. Bens Públicos e Desapropriação: Márcia Neves Pinto – PRR4 – Coordenadora, Elton Gherse - PRR1, Marco Antônio Delfino de Almeida – PRM Altamira. Colaboradores: Eduardo Kurtz Lorenzonni – PRR4, Roberto Luís Oppermann Thomé e Francisco de Assis Sanseverino – PRR4.
4. Licitações e Obras Públicas: Isabel Groba Vieira – Coordenadora – PRR3, José Ricardo Meirelles, PRR3 e Suzana Fairbanks Lima de Oliveira – PR/SP.
5. ONG's e OSCIP'S – Samantha Chantal Dobrowolski – Coordenadora - PRR4, Ana Carolina Alves Araújo Roman – PR/DF, Ana Carolina Resende – PR/DF, Paulo Roberto Olegário de Sousa – PR/AL e Raquel Branquinho P. M. Nascimento – PR/DF (colaboradora).
6. Projetos e Metas - Maria Hilda Marsiaj Pinto -PRR4 - Coordenadora, Francisco Chaves dos Anjos Neto – PRR5, Fábio George Cruz da Nóbrega - PRR5, Oswaldo José Barbosa Silva – PRR1, Mônica Nicida Garcia – PRR3 e Valquíria Oliveira Quixadá Nunes – PR-DF.



7. BASE DE DADOS

7.1. Base de dados de manifestação de inteiro teor da 5ª CCR

Produzida com a finalidade de propiciar aos Membros pesquisa de material na área temática da 5ªCCR, a base de dados de manifestações de inteiro teor dos membros contava em 31/12/2008 com 19.810 documentos.

Manifestações de Inteiro Teor da 5ª CCR		
1	Votos	13.336
2	Ação Civil Pública	1.261
3	Portaria	1.028
4	Parecer	672
5	Decisão de Arquivamento	839
6	Despacho	324
7	Recomendação	307
8	Contra-razões de Recurso	91
9	Ofício	87
10	ICP	126
11	Promoção ou Requerimento	122
12	Recurso	79
13	Representação	88
14	Ação Cautelar Civil	59
15	TAC	61
16	Instauração de Processo Administrativo	54
17	Ação Civil Diversa	72
18	Decisão Diversa	91
19	Ação Rescisória	4
20	Memorial	5
Total		19.810

Fonte: Base de Dados da 5ª CCR

A concepção da base, segundo as instruções para o seu preenchimento, foi para sua alimentação ocorrer nas procuradorias, mediante senha específica de acesso, contudo, verifica-se que não tem havido regularidade na sua alimentação.

O acesso à base de dados dá-se pelo seguinte link:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-bases-de-dados/base-de-dados>



8. DOS TRABALHOS DA ASSESSORIA TÉCNICA

A pedido da 5ª Câmara, previsto para implantação no segundo semestre de 2009, encontra-se em desenvolvimento, pela Secretaria de Tecnologia da Informação, Sistema de Requisição de Perícias pela Web – Intranet Nacional do MPF, em que o membro solicita trabalhos periciais diretamente à Câmara, tendo conhecimento imediato da previsão do prazo de atendimento no próprio Sistema. Além disso, terá acompanhamento de todas as fases de andamento das atividades periciais, recebendo comunicação automática, por e-mail, quando houver movimentação nos trabalhos técnicos.

O Colegiado promoveu alterações no Manual de Procedimentos e Rotinas, fixando novas competências e responsabilidades, que têm proporcionado simplificação no trâmite das solicitações e respostas relativas aos trabalhos periciais.

As demandas na área de engenharia apresentam a seguinte distribuição: 30%, rodovias federais; 20%, edificações; 19%, infraestrutura urbana; 9%, licitações e contratos administrativos; 7%, avaliação de imóveis urbanos; 8%, imóveis rurais; 3%, aeroportos; e, 5% outros.

Nas áreas de contabilidade e economia, as demandas ocorreram como seguem: 25%, licitações e contratos; 16%, liquidação de sentença; 15%, cálculos periciais diversos; 4%, orçamento; 12%, prestação de contas; e, 28%, outras demandas.

A estatística da produção técnica da Assessoria Pericial se apresenta conforme quadro abaixo:

Área/Documento	Informação	Informação Técnica	Laudo Pericial	Parecer Técnico	Total geral
Contabilidade	3	20		85	108
Economia	5	8		17	30
Engenharia	81	60	15	54	210
Total geral	89	88	15	156	348

A par da deficiência do número de peritos em face da demanda que não para de crescer, estão sendo adotadas continuamente ações que buscam otimizar a produção pericial, tais como: treinamentos e atualizações técnicas do corpo de analistas periciais com a incorporação de novas tecnologias; aquisição de equipamentos e softwares; estreitamento de trocas de informações técnicas com outras instituições que atuam no controle e fiscalização; e, o reforço de recursos humanos. No exercício, houve a nomeação de quatro novos analistas periciais para compor a equipe técnica existente: três engenheiros civis e um engenheiro agrônomo.



9. EQUIPE DE SERVIDORES

9.1. Dos servidores da 5ª CCR

9.1.1. Assessoria Técnica

Contabilidade e Economia

Carlos Alberto de Oliveira Lima – Assessor - Coordenador Técnico

Adailton Antônio da Silva - Analista Pericial em Contabilidade

Almir Pereira da Silva - Analista Pericial em Contabilidade

Andréa de Oliveira Bomfim - Analista Pericial em Contabilidade

Janete de Souza Fernando - Analista Pericial em Contabilidade

Fernando Sanchez Souza - Analista Pericial em Economia

Romeu Bizó Drumond - Analista Pericial em Contabilidade

Engenharia Civil

Marta Lígia de Freitas Vieira – Vice-Coordenadora Técnica (Analista Pericial em Engenharia Civil)

Elmo Gonçalves Farias - Analista Pericial em Arquitetura

Felipe Gazzoni Machado - Analista Pericial em Engenharia Civil

Fernando Nato de Souza Machado - Analista Pericial em Engenharia Civil

Luis Cláudio Coelho Vianna - Analista Pericial em Engenharia Civil

Mauro Santos de Melo - Analista Pericial em Engenharia Civil (lotado em dezembro/2008)

Agronomia

André Gustavo de Souza Rocha – Analista Pericial em Agronomia

Elias Suhre - Analista Pericial em Agronomia (lotado em dezembro/08)

Tiago Gomes da Silva M. Oliveira - Analista Pericial em Agronomia

9.1.2. Assessoria Jurídica

Roberto Campos Alcântara – Assessor – Analista processual

Carla Varela Sardá – Secretária Administrativa

Clarissa Castro Wermelinger – Secretária Administrativa

Dayene Kristtyny Guimarães Fontenele – Técnica Administrativa (lotada em dezembro/2008)

Diogo Gomes Dantas - Analista processual (lotado em outubro/2008)

Esdras Vinícius da Paixão Nascimento - (lotado em dezembro/2008)

Luana Garcez Stein – Assistente -Técnica Administrativa

Luciana de Carvalho Pinheiro Borges - Técnica Administrativa (lotada em dezembro/2008)

Renata Soraya Dantas Ocea – Analista Processual

Esperidião Gregório Kostouros Filho - Analista Processual

9.1.3. Assessoria Administrativa

Adriana Campelo Onias de Carvalho – Analista Processual – Assessora
Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lira - Técnico Administrativo

Alini de Araújo Pinheiro - Técnica Administrativa

Denise Rocha Mariano Vieira – Técnica Administrativa (lotada em dezembro/2008)

Eduardo Rodrigues Santarém – Técnico Administrativo

Francisco Washington Bandeira Santos Filho - Técnico Administrativo

Iohanna Aguiar de Oliveira - Técnica Administrativa (lotada em maio/2008)

Jorge Augusto Caetano de Farias - Técnico Administrativo(até setembro/2008)

Larissa Rathge Rangel Pereira - Técnica Administrativa

Rosilene Silva Alvarenga – Técnica em Informática

Sara Araújo Pereira - Técnica Administrativa (até novembro/2008)

Selma Maria de Oliveira Marques – Supervisora – Secretária Administrativa

Vinícius Lima Sant'Ana - Técnico Administrativo (lotado em novembro/2008)



10. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

10.1. Membros do Colegiado

Portaria PGR nº 179, de 04 de maio de 2006 – mandato até 05.05.2008.

Gilda Pereira de Carvalho - Subprocuradora-Geral da República – Membro-titular – Coordenadora

Moacir Guimarães Moraes Filho - Subprocurador-Geral da República – Membro-titular

Eduardo Antonio Dantas Nobre - Subprocurador-Geral da República - Membro-titular

Paulo da Rocha Campos - Subprocurador-Geral da República – Membro-suplente

Antonio Carlos Fonseca da Silva - Subprocurador-Geral da República – Membro-suplente

Portaria PGR nº 199, de 30 de abril de 2008 e nº 270, de 270, de 30 de maio de 2008.

Eugênio José Guilherme de Aragão - Subprocurador-Geral da República – Membro-titular – Coordenador

Antonio Carlos Fonseca da Silva - Subprocurador-Geral da República – Membro-titular

Haroldo Ferraz da Nóbrega - Subprocurador-Geral da República - Membro-titular

Oswaldo José Barbosa da Silva – Procurador Regional da República – Membro-suplente

Denise Vinci Tulio - Procuradora Regional da República – Membro-suplente

Antônio Carneiro Sobrinho – Procurador Regional da República - Membro-suplente

10.2. Representação indicada pelas unidades de procuradorias

Segue a lista com os nomes dos representantes da 5ª Câmara junto às Procuradorias Regionais da República e Procuradorias da República nos Estados.

PRR 1ª Região	Luiz Augusto Santos Lima
PRR 2ª Região	Luís Cláudio Pereira Leivas
PRR 3ª Região	Ademar Viana Filho
PRR 4ª Região	Márcia Neves Pinto
PRR 5ª Região	Antônio Edílio Magalhães Teixeira
PR/AC	Marcus Vinícius Aguiar Macedo
PR/AL	Ana Paula Carneiro Silva
PR/AM	Thales Messias Pires Cardoso
PR/AP	Rodrigo Costa Azevedo
PR/BA	Danilo Pinheiro Dias
PR/CE	Marcelo Mesquita Monte
PR/DF	Valquíria Oliveira Quixadá Nunes
PR/ES	Carlos Fernando Mazzoco
PR/GO	Raphael Perissé Rodrigues Barbosa
PR/MA	Tiago de Sousa Carneiro
PR/MT	Thiago Lemos de Andrade
PR/MS	Caroline Rocha Queiroz
PR/MG	Adaílton Ramos do Nascimento
PR/PA	Daniel César Azeredo Avelino
PR/PB	Victor Carvalho Veggi
PR/PE	Rafael Ribeiro Nogueira Júnior
PR/PI	Wellington Luís de Souza Bonfim
PR/PR	Sérgio Cruz Arenhart
PR/RJ	Edson Abdon Peixoto Filho
PR/RN	Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior
PR/RS	Fabíola Dörr Caloy
PR/RO	Reginaldo Pereira da Trindade
PR/RR	Ageu Florêncio da Cunha
PR/SC	André Stefani Bertuol
PR/SP	Suzana Fairbanks Lima de Oliveira
PR/SE	Eunice Dantas Carvallho
PR/TO	Alexandre Moreira Tavares do Santos